



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA     |                | O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P. |
|---|----------------|----------------|--|
|   | Ano            |                |  |
|   | As três séries | Kz: 611 799.50 |  |
|   | A 1.ª série    | Kz: 361 270.00 |  |
|   | A 2.ª série    | Kz: 189 150.00 |  |
|   | A 3.ª série    | Kz: 150 111.00 |  |

### SUMÁRIO

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### Presidente da República

##### Despacho Presidencial n.º 3/17:

Aprova a celebração dos Contratos de prestação de serviço de fiscalização das empreitadas de construção da estrada via expressa/Camama/Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy», das infra-estruturas da Zona da Boavista, ligação da estrada da SONILS/via expressa Luanda/Kifangondo e da Zona da Boavista, no âmbito do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais e infra-estruturas, todos localizados na Província de Luanda, a serem adjudicadas à empresa DAR Angola Consultoria, Limitada. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

##### Despacho Presidencial n.º 4/17:

Aprova a celebração dos Contratos de Prestação de Serviços de Fiscalização das empreitadas do Programa de Obras e Intervenções Viárias dos Acessos ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda - NAIL, estudo e reabilitação dos eixos estruturantes da EN230, Troço Viana/Novo Aeroporto Internacional de Luanda/Catete, da via expresso Cabolongo/Cacuaco — execução dos nós viários da via expresso com a estrada do Camama e com acesso ao Zango e do binário de ligação da estrada do Camama com a via expresso até a Centralidade do Kilamba e da EN230, execução do nó viário da Unidade Operativa e melhorias da via expresso Luanda/Viana (desde a rotunda da Unidade Operativa/cruzamento com a via expresso), localizados na Província de Luanda, a serem adjudicadas à empresa JAUA — Transportes e Logística, S.A. — Revoga a alínea a) do n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 271/16, de 2 de Setembro, bem como toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

#### Ministério do Ensino Superior

##### Decreto Executivo n.º 14/17:

Cria o curso de Doutoramento em Ciências Biomédicas, na Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, que confere o Grau Académico de Doutor e aprova o plano de estudo do curso criado.

##### Decreto Executivo n.º 15/17:

Cria o curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civil, na Faculdade de Direito da Universidade 11 de Novembro, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do curso criado.

##### Decreto Executivo n.º 16/17:

Cria o curso de Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, que confere o Grau Académico de Mestre e aprova o plano de estudo do curso criado.

##### Despacho Presidencial n.º 3/17

de 18 de Janeiro

Havendo necessidade de se construir infra-estruturas rodoviárias na Província de Luanda, com vista a melhorar a circulação rodoviária e a qualidade de vida da população;

Considerando a necessidade de se celebrar contratos de fiscalização referentes às obras supramencionadas, atinentes ao Programa do Executivo concernente à melhoria viária dos acessos ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda, localizado na Província de Luanda;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É aprovada a celebração dos seguintes contratos:

- Contrato de prestação de serviço de fiscalização da empreitada de construção da Estrada Via Expressa/Camama/Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy», a ser adjudicada à empresa Dar Angola Consultoria, Limitada, no valor global em Kwanzas equivalente a € 5.340.449,26 (cinco milhões, trezentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e nove Euros e vinte e seis cêntimos);
- Contrato de prestação de serviço de fiscalização da empreitada de construção das infra-estruturas da Zona da Boavista, ligação da Estrada da SONILS/Via Expressa Luanda/Kifangondo, a ser adjudicada à empresa Dar Angola Consultoria, Limitada, no valor global em Kwanzas equivalente a € 365.447.52 (trezentos e sessenta e cinco mil,

**Decreto Executivo n.º 15/17**  
de 18 de Janeiro

Considerando que a Universidade 11 de Novembro é uma Instituição de Ensino Superior Pública, criada pelo Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, está vocacionada a ministrar Cursos de Formação Graduada e Pós-Graduada nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Considerando que a Universidade 11 de Novembro preenche os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis, na Faculdade de Direito conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis, na Faculdade de Direito da Universidade 11 de Novembro, que confere o Grau Académico de Mestre.

**ARTIGO 2.º**  
(Aprovação do plano de estudo)

1. É aprovado o plano de estudo do Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade Jurídico-Civis constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O plano de estudo referido no ponto anterior é implementado num total de 2560 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O plano de estudo ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório.

**ARTIGO 3.º**  
(Corpo Docente)

O Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com Grau Académico de Doutor, nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

**ARTIGO 4.º**  
(Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis devem apresentar como perfil de entrada o documento que ateste a conclusão da licenciatura ou especialização em Direito com média igual ou superior a 14 valores.

2. Os candidatos que preencham o perfil referido no ponto anterior podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovelem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudo, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

**ARTIGO 5.º**  
(Concessão do Grau de Mestre)

A concessão do Grau de Mestre em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis, pressupõe a verificação e a conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades Académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao curso de mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de uma dissertação escrita, que deve ser objecto de defesa e a aprovação perante um júri constituído para o efeito.

**ARTIGO 6.º**  
(Perfis de saída)

Após a conclusão do curso de mestrado em Direito na Especialidade em Jurídico-Civis o estudante adquire um perfil de saída que reúne as seguintes competências:

- a) Interpretar normas jurídicas relacionadas com Direitos Jurídico-Civilísticos;
- b) Aprimorar o exercício de técnicas de argumentação, mediante textos científicos, resenhas críticas e análise jurisprudencial;
- c) Propor mecanismos de resolução de problemas Jurídico-Civilísticos;
- d) Implementar projectos de investigação científica avançada relacionada com a área de especialização.

**ARTIGO 7.º**  
(Campo de actuação)

O Mestre em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis, deve, dentre outros, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Administração pública;
- b) Serviços Notariais e Conservatórias;
- c) Tribunais;
- d) Consultoria Jurídica;
- e) Empresas Públicas e Privadas;
- f) Organizações Não-Governamentais.

**ARTIGO 8.º**  
**(Vigência do curso)**

O Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis criado pelo presente Decreto Executivo entra em funcionamento no Ano Acadêmico 2016 e a sua ministração tem um período de vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 9.º  
(Número de vagas)

O Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

ARTIGO 10.º  
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos, para a frequência do Curso de Mestrado em Direito, na especialidade em Jurídico-Civil, devem ser definidos em conformidade com as regras estabelecidas para o efeito na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 11.º  
(Nova edição do Curso de Mestrado)

A ministração de uma nova edição de ciclo de formação do Curso de Mestrado em Direito, na especialidade em Jurídico-Civis, na Faculdade de Direito da Universidade 11 de Novembro fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação ministrado anteriormente, a ser efectuado pelo serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da Lei.

ARTIGO 12.º  
(Avaliação e acreditação do curso)

O Curso de Mestrado em Direito, na Especialidade em Jurídico-Civis criado pelo presente Decreto Executivo é submetido a avaliação e acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

ARTIGO 13.º  
(Regulamento do curso)

1. A organização e o funcionamento do Curso de Mestrado em Direito, na especialidade em Jurídico-Civis obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo regulamento de curso.

2. O regulamento de curso estabelecido no ponto anterior carece de homologação do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 14.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo titular do Ministério do Ensino Superior.

ARTIGO 15.º  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publice-se.

Luanda, aos 15 de Fevereiro de 2016.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

ANEXO

**Plano de Estudo do Curso de Mestrado em Direito**

**Especialidade em Jurídico-Civis**

| 1.º Ano                          |           |          |          |           |            |                                   |           |           |          |           |            |
|----------------------------------|-----------|----------|----------|-----------|------------|-----------------------------------|-----------|-----------|----------|-----------|------------|
| 1.º Semestre (16 semanas)        |           |          |          |           |            | 2.º Semestre (16 semanas)         |           |           |          |           |            |
| Disciplinas                      | T         | TP       | P        | HS        | HSem       | Disciplinas                       | T         | TP        | P        | HS        | HSem       |
| Metodologia Jurídica             | 6         | 2        | 2        | 10        | 160        | Metodologia Jurídica              | 4         | 3         | 2        | 9         | 144        |
| Direito Comercial                | 6         | 2        | 2        | 10        | 160        | Direito Comercial                 | 4         | 3         | 2        | 9         | 144        |
| Direito Civil                    | 6         | 2        | 2        | 10        | 160        | Direito Civil                     | 4         | 3         | 2        | 9         | 144        |
| Seminário sobre Epistemologia    | 6         | 2        | 2        | 10        | 160        | Seminário sobre Epistemologia     | 3         | 2         | 2        | 7         | 112        |
|                                  |           |          |          |           |            | Seminário sobre Economia Política | 3         | 2         | 1        | 6         | 96         |
| <b>Subtotal de horas</b>         | <b>24</b> | <b>8</b> | <b>8</b> | <b>40</b> | <b>640</b> | <b>Subtotal de horas</b>          | <b>18</b> | <b>13</b> | <b>9</b> | <b>40</b> | <b>640</b> |
| <b>Total Anual de horas 1280</b> |           |          |          |           |            |                                   |           |           |          |           |            |

| 2.ºAno                                    |   |    |    |    |      |   |   |    |    |    |      |
|---|---|----|----|----|------|---|---|----|----|----|------|
| 1.º Semestre (16 semanas)                 |   |    |    |    |      | 2.º Semestre (16 semanas)   |   |    |    |    |      |
| Disciplinas                               | T | TP | P  | HS | HSem | Disciplinas   | T | TP | P  | HS | HSem |
| Elaboração do Projecto de Dissertação     |   | 2  | 5  | 7  | 112  | Desenvolvimento da Investigação Orientada   | 1 | 3  | 6  | 10 | 160  |
| Desenvolvimento da Investigação Orientada | 1 | 3  | 6  | 10 | 160  | Divulgação dos Resultados (Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos; Publicação de Artigos Científicos) | 2 |    | 4  | 6  | 96   |
| Estágio                                   |   |    | 23 | 23 | 368  | Elaboração e Defesa da Dissertação  |   |    | 24 | 24 | 384  |
| Subtotal de horas                         | 1 | 5  | 34 | 40 | 640  | Subtotal de horas   | 3 | 3  | 34 | 40 | 640  |
| Total Anual de horas 1.280                |   |    |    |    |      |   |   |    |    |    |      |
|   |   |    |    |    |      |   |   |    |    |    |      |
| Total de Horas Lectivas                   |   |    |    |    |      | 2.560   |   |    |    |    |      |

| Legenda                                     |                         | Total de Horas | Total de Horas (%) |
|---|-------------------------|----------------|--------------------|
| T   | Horas Teóricas          | 736            | 29%                |
| TP  | Horas Teóricas-Práticas | 464            | 18%                |
| P (Inclui Trabalho Individual do Estudante) | Horas Práticas          | 1360           | 53%                |
| HS  | Horas Semanais          | 2560           | 100%               |
| Hsem  | Horas Semestrais        | 2560           | 100%               |

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**Decreto Executivo n.º 16/17**  
de 18 de Janeiro

Considerando que o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda é uma Instituição de Ensino Superior Pública, criada pelo Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, está vocacionada a ministrar Cursos de Formação Graduada e Pós-Graduada nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Considerando que o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda preenche os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior, conforme previsto no Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro e a alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
**(Criação do curso)**

É criado o Curso de Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, que confere o Grau Académico de Mestre.

**ARTIGO 2.º**  
**(Aprovação do plano de estudo)**

1. É aprovado o plano de estudo do Curso de Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior, constantes do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O plano de estudo referido no número anterior é implementado num total de 2560 horas de actividades curriculares, durante um ciclo de formação.

3. O plano de estudo ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório.

**ARTIGO 3.º**  
**(Corpo Docente)**

O Curso de Mestrado em Pedagogia do Ensino Superior é assegurado por um Corpo Docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com Grau